



Comissão de Pregão I

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.158/2024

Processo Licitatório nº: 17.671/2024

Processo de Impugnação nº: 045.587/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO de empresa especializada para aquisição de MATERIAL DIDÁTICO – CONJUNTO para atender o alunado da Rede Municipal de Educação e MATERIAL DE EXPEDIENTE para atender as necessidades administrativas das Unidades Escolares e do Núcleo Central da Secretaria Municipal de Educação de Nova Friburgo-RJ para o Ano Letivo de 2025, pelo período de 01 (um) ano.

IMPUGNANTE: SERV TECK FACILITIES LTDA

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa SERV TECK FACILITIES LTDA, CNPJ 23.985.691/0001-25, com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 90.158/2024.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 669, de 03 de junho de 2024, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 03 de junho de 2024, que constituiu a Comissão Permanente de Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.



Comissão de Pregão I

I. DAS PRELIMINARES

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

Em síntese, alega a impugnante a ocorrência de irregularidades editalícias, quais sejam:

- 1) exigências exacerbadas na especificação técnica de alguns materiais, refletindo numa tendência a não competitividade, o que poderia trazer prejuízos à administração pública;
- 2) vício de legalidade quanto à exigência de certificação incompatível com os bens licitados;
- 3) exigências limitadoras não justificadas, que restringiriam o espectro de modelos disponíveis no mercado.

III. DO PEDIDO DA IMPUGNANTE

Diante do exposto, solicita a revisão das cláusulas impugnadas e a retificação do edital, a fim de que este atenda aos princípios da legalidade, da competitividade, da economicidade e da isonomia.

IV. DO MÉRITO



Comissão de Pregão I

Ante o exposto, submeto as razões da impugnante aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, a fim de subsidiar a decisão deste pregoeiro. Após análise, recomendamos que o processo seja encaminhado à Procuradoria Geral do Município.

IV. DA DECISÃO

Isto posto, com fulcro na Lei nº 14.133 de 2021, subsidiado pela manifestação da secretaria requisitante as fls. 25 a 27, sem nada mais a evocar, CONHEÇO da Impugnação interposta pela empresa SERV TECK FACILITIES LTDA, no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.158/2024, e, no mérito, NEGÓ PROVIMENTO.

Nova Friburgo, 17 de dezembro de 2024.

LEONARDO GABRIG PEIXOTO
Pregoeiro- Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934

SECRETARIA
DE EDUCAÇÃONova Friburgo, 11 de Dezembro de
2024.

Para: Comissão Permanente de Licitação

Pregão Eletrônico nº 90.158/2024**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Aquisição de MATERIAL DIDÁTICO E EXPEDIENTE para atender as Unidades Escolares e o Núcleo Central da Secretaria de Educação no Ano Letivo de 2025.**

Prezado,

Cumprimentando-o cordialmente, em resposta as manifestações expostas por pedido de impugnação pela Empresa **SERV TECK FACILITIES LTDA**, fitando dar prosseguimento no Processo Licitatório tendo em vista a necessidade da aquisição de diversos materiais para atender o alunado da Rede Escolar do Município de Nova Friburgo, vimos apresentar as informações que se seguem:

O Município de Nova Friburgo ao longo dos anos vem optando por produtos ecologicamente corretos, sustentáveis e conservadoras dos recursos naturais, afinal, existe uma Lei Estadual que apóia e orienta ao consumo sustentável por conta do poder público. Concomitantemente prezando pela saúde e bem estar de seus usuários. **Não tendo nenhum intuito de direcionamento de Marcas e/ou Empresas**, apenas a “similaridade” com as marcas, conhecidamente, por sua durabilidade e qualidade dos produtos pretendidos para atender nosso alunado. Além disso, a Secretaria Municipal de Educação deseja se prevenir também de contaminações tóxicas ou nocivas à saúde de seus alunos, que porventura, possam existir nos produtos licitados. Somente a certificação do Inmetro não é suficiente para garantir a qualidade e a segurança dos produtos ofertados.

“Lei Nº 7973 de 23 de Maio de 2018. Altera a Lei nº 3.325 de 17 de dezembro de 1999 que Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Estadual de Educação Ambiental, cria o Programa Estadual de Educação Ambiental e Complementa a Lei Federal Nº 9.795/99 no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.”

“Art 10 § 2º A educação ambiental deverá ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal, envolvendo necessariamente, os seguintes aspectos, independentemente de outros a serem acrescidos, de acordo com o desenvolvimento científico e cultural da sociedade:

I - Interdependência entre o meio ambiente natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade e ética;



- II - Interdependência entre as questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- III - Interdisciplinariedade no trato das questões ambientais;
- IV - Vinculação indispensável da temática ambiental ao processo democrático e participativo na sociedade;
- V - Consciência do poder de mudança de práticas e hábitos, por meio de políticas públicas de atitudes individuais;

Sobre o questionamento da empresa acerca dos selos solicitados no edital onde a mesma alega exigência de certificação incompatível com os bens licitados, cito o Artigo 42 da lei 14133/2021, parágrafos I, II e III.

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

“Art. 42. A prova de qualidade de produto apresentado pelos proponentes como similar ao das marcas eventualmente indicadas no edital será admitida por qualquer um dos seguintes meios:

I - comprovação de que o produto está de acordo com as normas técnicas determinadas pelos órgãos oficiais competentes, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou por outra entidade credenciada pelo Inmetro;

II - declaração de atendimento satisfatório emitida por outro órgão ou entidade de nível federativo equivalente ou superior que tenha adquirido o produto;

III - certificação, certificado, laudo laboratorial ou documento similar que possibilite a aferição da qualidade e da conformidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, emitido por instituição oficial competente ou por entidade credenciada.”

Para os itens citados HIDROCOR JUMBO 12 CORES E GIZÃO DE CERA 12 CORES 112G, a Empresa supracitada não vislumbrará êxito em seus apontamentos. Várias marcas atendem o descritivo do edital. Nota-se que solicitamos produtos com dimensões mínimas, podendo qualquer Empresa ofertar produto com dimensões acima do solicitado. Além do mais, já trabalhamos e conhecemos algumas marcas com as mesmas especificações, sendo de boa aceitação pela qualidade e durabilidade. Nota-se ainda que a Empresa menciona no documento a marca ACRILEX, cujo a marca já é conhecida e adquirida por nós, atendendo satisfatoriamente o descritivo exigido.

Vale ressaltar que o nosso objetivo é ofertar para o nosso alunado Materiais de qualidade, visando durabilidade, economicidade e satisfação. Da mesma forma que a descrição do objeto, por mais necessidade ou cuidado, deve ser necessário a cautela, muitas vezes para garantir uma boa aquisição, controle, qualidade, funcionalidade, durabilidade e desempenho do produto, teste de verificação etc.

Na certeza da melhor acolhida e a disposição para quaisquer esclarecimentos necessários, despedimo-nos renovando os votos da mais elevada estima e consideração.



Atenciosamente,

Miguel Angelo Bueno Fernandes
Supervisor de Nível Intermediário
de Almoxarifado
Mat. 116.275



Comissão de Pregão I

DESPACHO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.158/2024

Processo Licitatório nº: 17.671/2024

Processo de Impugnação nº: 045.587/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO de empresa especializada para aquisição de MATERIAL DIDÁTICO – CONJUNTO para atender o alunado da Rede Municipal de Educação e MATERIAL DE EXPEDIENTE para atender as necessidades administrativas das Unidades Escolares e do Núcleo Central da Secretaria Municipal de Educação de Nova Friburgo-RJ para o Ano Letivo de 2025, pelo período de 01 (um) ano.

IMPUGNANTE: SERV TECK FACILITIES LTDA

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa SERV TECK FACILITIES LTDA, CNPJ 23.985.691/0001-25, com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 90.158/2024.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 669, de 03 de junho de 2024, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 03 de junho de 2024, que constituiu a Comissão Permanente de Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.



Comissão de Pregão I

I. DAS PRELIMINARES

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

Em síntese, alega a impugnante a ocorrência de irregularidades editalícias, quais sejam:

- 1) exigências exacerbadas na especificação técnica de alguns materiais, refletindo numa tendência a não competitividade, o que poderia trazer prejuízos à administração pública;
- 2) vício de legalidade quanto à exigência de certificação incompatível com os bens licitados;
- 3) exigências limitadoras não justificadas, que restringiriam o espectro de modelos disponíveis no mercado.

III. DO PEDIDO DA IMPUGNANTE

Diante do exposto, solicita a revisão das cláusulas impugnadas e a retificação do edital, a fim de que este atenda aos princípios da legalidade, da competitividade, da economicidade e da isonomia.

IV. DO MÉRITO



Comissão de Pregão I

Ante o exposto, submeto as razões da impugnante aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, a fim de subsidiar a decisão deste pregoeiro. Após análise, recomendamos que o processo seja encaminhado à Procuradoria Geral do Município.

Cabe informar que o pregão eletrônico segue agendado para o dia 18/12/2024 às 10 horas e, caso seja necessário, será suspenso *Sine die*, para melhor análise da impugnação interposta.

Nova Friburgo, 10 de dezembro de 2024.

LEONARDO GABRIG PEIXOTO
Pregoeiro- Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934

ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DE:

SERV TECK FACILITIES LTDA

CNPJ: 23.985.691/0001-25

NIRE: 35232984271

Por este instrumento particular e na melhor forma de direito **HEVILLYN VANDRESSA JULIO PIRES**, brasileira, solteira, nascida em 16/04/2001, empresária, portadora da cédula de identidade (RG) nº60.030.304-4 SSP/SP expedida em 09/08/2021 e do CPF (MF) sob nº 499.291.918-95 residente e domiciliada a Alameda Rio Negro, nº 1030 – Apto 306 – Barueri – SP – CEP: 06454-000 sócias da sociedade limitada sob o nome empresarial de **SERV TECK FACILITIES LTDA**, com sede na Rua Adelino Cardana, 293 – Sala 706 – Bloco C - Centro, Barueri, SP, CEP : 06401147 com o Ato arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE no 35232984271, em sessão de 15/01/2016, inscrita no CNPJ sob nº23.985.691/0001-25, tem entre si, justos contratados, ALTERAR referido contrato social, como adiante se declara:

1 – Altera-se o objeto social da sociedade para: Atividades de telecomunicação atividades de tele atendimento, monitoramento de sistemas de segurança instalação de portas , janelas tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material obras de acabamento em gesso e estuque serviços de pinturas de edifícios em geral, instalação de painéis publicitários, edição integrada a impressão de cadastros, lista e de outros produtos gráficos, atividades de pós produção cinematográficas, de vídeos e de programas de televisão não especificados anteriormente, comercio atacadista de artigos de escritório e papelaria, comercio varejista de artigos de papelaria, comercio de artigos de armarinho, comercio varejista de livros.

Em virtude da alteração supram, a sócia resolve CONSOLIDAR na íntegra o CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA, que passará a vigorar doravante com a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DE:

“SERV TECK FACILITIES LTDA”
CNPJ: 23.985.691/0001-25
NIRE: 35.2.329842-71

HEVILLYN VANDRESSA JULIO PIRES, brasileira, solteira, nascida em 16/04/2001, empresária, portadora da cédula de identidade (RG) nº 60.030.304-4 SSP/SP expedida em 09/08/2021 e do CPF (MF) sob nº 499.291.918-95 residente e domiciliada a Alameda Rio Negro, nº 1030 – Apto 306 – Barueri – SP – CEP: 06454-000, resolve, neste ato, constituir SOCIEDADE EMPRESARIA do tipo LIMITADA, a qual se regerá, pelas cláusulas presentes neste CONTRATO SOCIAL, a saber:

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – A empresa tem a denominação de **“SERV TECK FACILITIES LTDA”**.

CLÁUSULA SEGUNDA - A empresa tem sede e domicílio na Rua Adelino Cardana, 293 – Sala 706 – Bloco C - Centro, Barueri, SP, CEP : 06401147., podendo, mediante deliberação da sócia, representando a maioria do capital social, manter e encerrar filiais e escritórios em qualquer localidade do país.

CLÁUSULA TERCEIRA - O objeto social da sociedade: Atividades de telecomunicação atividades de tele atendimento, monitoramento de sistemas de segurança instalação de portas , janelas tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material obras de acabamento em gesso e estuque serviços de pinturas de edifícios em geral, instalação de painéis publicitários, edição integrada a impressão de cadastros, lista e de outros produtos gráficos, atividades de pós produção cinematográficas, de vídeos e de programas de televisão não especificados anteriormente, comercio atacadista de artigos de escritório e papelaria, comercio varejista de artigos de papelaria, comercio de artigos de armarinho, comercio varejista de livros

CLÁUSULA QUARTA - O prazo de duração da empresa é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA - O capital social da empresa, totalmente subscrito e integralizado pela socia em moeda corrente nacional, é de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), dividido em 280.000 (duzentas e oitenta mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, assim distribuída:

Sócia	Quotas	%	Valor
HEVILLYN VANDRESSA JULIO PIRES	280.000	100	R\$ 280.000,00
Total:	280.000	100	R\$ 280.000,00

ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA SEXTA - A administração da empresa será exercida exclusivamente pela Sra. **HEVILLYN VANDRESSA JULIO PIRES**, que fará uso da denominação assinando sempre isoladamente, o qual terá amplos e plenos poderes para gerir o negócio de acordo com o seu objeto, podendo para isso adotar todo e qualquer ato necessário para o bom exercício de sua atividade gerencial, incluindo a representação da empresa perante bancos, instituições financeiras, bem como perante todas e quaisquer repartições e autoridades públicas, federais, estaduais e municipais, além de poder receber citações e contratar advogados, com os poderes da cláusula "AD JUDICIA ET EXTRA", Vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como alienar ou onerar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA SÉTIMA – Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo "a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao empresário, os lucros ou perdas apurados". (art.1.065, CC/2002)

CLÁUSULA OITAVA - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, as sócias deliberaram sobre as contas e designarão administrador (es) quando for o caso. (arts). 1.071 e 1.072, S 20 e art. 1.078, CC/2002)

CLAUSULA NONA - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração do ato constitutivo, devidamente assinada pelo titular da empresa.

CLAUSULA DECIMA - Falecendo a socia, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado. (cláusula facultativa).

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA - O(s) administrador(es) da empresa declara(m), sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA - Fica eleito o foro de São Paulo da Comarca do Estado de São Paulo - SP, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo identificadas, devendo a primeira de elas ser arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, ficando as demais vias na sede da empresa.

Barueri, 16 de janeiro de 2023.

HEVILLYN	Assinado de forma
VANDRESSA JULIO	digital por HEVILLYN
PIRES:4992919189	VANDRESSA JULIO
5	PIRES:49929191895
	Dados: 2023.01.17
	14:01:38 -03'00'

HEVILLYN VANDRESSA JULIO PIRES

ANEXO VII


DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, PAULO ROGÉRIO PEREIRA DA SILVA, com inscrição ativa no CRC/SP sob o nº 1SP276650/O-7, SP inscrito no CPF nº 155.524.958-29, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

Documentos apresentados:

- 1 – Capa Requerimento — 1 via
- 2 – Alteração contratual – 3 vias
- 3 - Protocolo de transmissão do CNPJ – DBE – 1 Via

Barueri, 16 de janeiro de 2023



PAULO ROGÉRIO PEREIRA DA SILVA
CRC: 1SP276650/O-7
CPF: 155.524.958-29



DECLARAÇÃO

Eu, HEVILLYN VANDRESSA JULIO PIRES, portador do Documento de Identificação nº 603033044, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob nº 49929191895, na qualidade de titular, sócio ou responsável legal da empresa SERV TECK FACILITIES LTDA, **DECLARO** estar ciente que o **ESTABELECIMENTO** situado no(a) RUA ADELINO CARDANA, 293 SLA706 BL C - Bairro: CENTRO, Barueri - SP CEP 06401147, **NÃO PODERÁ EXERCER** suas atividades sem que obtenha o parecer municipal sobre a viabilidade de sua instalação e funcionamento no local indicado, conforme diretrizes estabelecidas na legislação de uso e ocupação do solo, posturas municipais e restrições das áreas de proteção ambiental, nos termos do art. 24, §2 do Decreto Estadual nº 55.660/2010 e sem que tenha um **CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO INTEGRADO VÁLIDO**, obtido pelo sistema Via Rápida Empresa - Módulo de Licenciamento Estadual.

Declaro ainda estar ciente que qualquer alteração no endereço do estabelecimento, em sua atividade ou grupo de atividades, ou em qualquer outra das condições determinantes à expedição do Certificado de Licenciamento Integrado, implica na perda de sua validade, assumindo, desde o momento da alteração, a obrigação de renová-lo.

Por fim, declaro estar ciente que a emissão do Certificado de Licenciamento Integrado poderá ser solicitada por representante legal devidamente habilitado, presencialmente e no ato da retirada das certidões relativas ao registro empresarial na Prefeitura, ou pelo titular, sócio, ou contabilista vinculado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) diretamente no site da Jucesp, através do módulo de licenciamento, mediante uso da respectiva certificação digital.

HEVILLYN
VANDRESSA JULIO
PIRES:4992919189
5

Assinado de forma digital
por HEVILLYN VANDRESSA
JULIO PIRES:49929191895
Dados: 2023.01.17
14:00:29 -03'00'

HEVILLYN VANDRESSA JULIO PIRES (Sócio-Administrador)
603033044



TERMO DE CONFERÊNCIA E DIGITALIZAÇÃO

Certifico e dou fé que conferi a documentação referente ao processo **SPP2330022825** da empresa **SERV TECK FACILITIES LTDA** e que as imagens digitalizadas deste processo eletrônico são fiéis aos documentos físicos protocolizados nesta Junta Comercial.

Assina o presente termo de conferência e digitalização, mediante certificado digital, o funcionário/empregado público **Maicon Vinicius Santana Santos**

Junta Comercial do Estado de São Paulo, 18/01/2023.

Maicon Vinicius Santana Santos, CPF: 37374860854

Este documento foi assinado digitalmente por Maicon Vinicius Santana Santos e é parte integrante sob o protocolo Nº SPP2330022825.



TERMO DE ANÁLISE E DECISÃO.

Defiro a (s) solicitação (ões), sob o (s) protocolo (s) **SPP2330022825** de Consolidação da matriz, Alteração de Dados do Integrante e Alteração de Atividades/Objeto da empresa **SERV TECK FACILITIES LTDA**.

Assina o presente termo de decisão, mediante certificado digital, o Julgador **Maicon Vinicius Santana Santos**.

Junta Comercial do Estado de São Paulo, 18/01/2023.

Maicon Vinicius Santana Santos, CPF: 37374860854

Este documento foi assinado digitalmente por Maicon Vinicius Santana Santos e é parte integrante sob o protocolo Nº SPP2330022825.



TERMO DE AUTENTICAÇÃO E REGISTRO

Autentico que o ato, assinado digitalmente, pertencente a empresa **SERV TECK FACILITIES LTDA de NIRE 35232984271**, protocolizado sob o número **SPP2330022825** em **18/01/2023**, encontra-se registrado na JUCESP sob o número **1005680231**.

Assina o registro a Secretária-Geral **Gisela Simiema Ceschin**.

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo na forma eletrônica, poderão ser verificados no sítio eletrônico: www.jucesp.sp.gov.br, mediante a indicação do número de autenticidade disponível na capa da certidão de inteiro teor.

Junta Comercial do Estado de São Paulo, 18/01/2023.

Gisela Simiema Ceschin, CPF: 31134372884

À PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO/RJ
Sr.(a) Pregoeiro(a)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.158/2024

SERV TECK FACILITIES LTDA CNPJ 23.985.691/0001-25, com sede à Rua Adelino Cardana, 293, Sala 706, Bloco C – Centro, Barueri/SP, neste ato representado por sua sócia que subscreve a peça, vem respeitosamente, com fundamento no artigo 164 da Lei nº 14.133/2021, interpor:

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

pelas razões de fato e direito abaixo aduzidas:

I. OBJETO DA LICITAÇÃO

A presente licitação, na modalidade pregão eletrônico, visando à formação de registro de preços para aquisição de material didático – conjunto para atender o alunado da Rede Municipal de Educação e material de expediente para atender as necessidades administrativas das Unidades Escolares.

II. DAS IRREGULARIDADES EDITALÍCIAS

Analisando a especificação técnica de alguns materiais, verifica-se que em vários deles consta a exigências exacerbadas, que DATA MÁXIMA VÊNIA culminam em desproporcionalidade refletindo numa tendência a não competitividade, o que poderá trazer prejuízos a administração pública.

Ainda sobre o tema, destaca-se que o certame licitatório tem como princípio basilar a isonomia entre os licitantes, com o fim de proporcionar a máxima competitividade, buscando o maior número de participantes. Sendo assim, é vedada exigência editalícia que impede a ampla participação de empresas na licitação.

a. VÍCIO DE LEGALIDADE – EXIGÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO INCOMPATÍVEL COM OS BENS LICITADOS

Para os itens elencados, o edito requer a certificação entre desses selos “FSC, CERFLOR, PEFC ou ISO 14001 e/ou similar”:

- Cola colorida alto relevo;
- Caneta esferográfica;
- Caneta salientadora em gel fluorescente;

Considerando que os selos “FSC, CERFLOR, PEFC” são relativos ao manejo florestal sustentável, obviamente, essas certificações não são aplicadas para produtos provenientes da manufatura plástica.

Além do mais, os itens destacados estão inclusos no rol de produtos, que obrigatoriamente deverão ser certificados de acordo com os requisitos da Norma ABNT NBR 15.236:2016 (Segurança de Artigos Escolares) determinados na Portaria nº 421/2021. A aposição do selo Inmetro garante sua qualidade.

De acordo com a legislação que estabelece as medidas regulatórias para artigos escolares a Portaria Inmetro n.º 423/2021, em seu anexo IV, determina um rol taxativo de artigos escolares, que obrigatoriamente, devem passar por uma certificação para sua comercialização no território nacional.

Com relação às certificações de qualidade ISO, calha trazer os ensinamentos do jurista Marçal Justen Filho, vejamos:

"[...] Uma empresa pode preencher todos os requisitos para obtenção da certificação, mas nunca ter tido interesse em formalizar esse resultado. Exigir peremptoriamente a certificação como requisito de habilitação equivaleria a tornar compulsória uma alternativa meramente facultativa: nenhuma lei condiciona o exercício de alguma atividade à obtenção do Certificado ISO 9000. Portanto, obtém a certificação quem o desejar (e preencher os requisitos, é óbvio). Em outras palavras, o essencial não é a certificação formal, mas o preenchimento dos requisitos necessários à satisfação do interesse público. Se o sujeito preenche os requisitos, mas não dispõe da certificação, não pode ser impedido de participar do certame." (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 8ª Edição, Editora Dialética, 2001, fl. 349)

Ainda no mesmo raciocínio, o Tribunal de Contas da União - TCU, já proferiu compreensão sobre o tema:

"É vedada a exigência de certificados da série ISO 9000, pois importa em restrição ilegal ao caráter competitivo do certame. [...]" (Acórdão 1708/2003-Plenário | Relator: MARCOS VINÍCIOS VILAÇA)

O acórdão nº 1542/2013, do mesmo tribunal, estabeleceu que as certificação ISO ou semelhante é irregular, vejamos:

"É irregular a exigência de certificação ISO e outras assemelhadas para habilitação de licitantes ou como critério de desclassificação de propostas. [...]" (Acórdão 1542/2013-Plenário | Relator: JOSÉ JORGE)

Os julgados acima são bem claros quanto ao entendimento do Tribunal de Contas da União - TCU sobre o assunto. À vista disso, pode-se afirmar que há vício de legalidade no procedimento licitatório com edital ou termo de referência que condiciona a qualificação técnica à certificação ISO.

Com efeito, qual for à modalidade adotada, "LICITAÇÃO" é um ato administrativo por definição legal e a Administração Pública não pode fazer constar em Edital exigência não prevista ou autorizada em Lei, visto que o ato administrativo não é lei e ao contrair a lei o ato administrativo será nulo de pleno direito.

b. EXIGÊNCIAS LIMITADORAS – RESTRIÇÃO DO ESPECTRO DE MODELOS DISPONÍVEIS NO MERCADO

A Administração Pública no planejamento de suas aquisições deve identificar os produtos de modo a atingir um conjunto representativo de modelos existentes no mercado que atendam completamente as necessidades.

CANETA HIDROGRÁFICA - TIPO JUMBO - Estojo com 12 cores, dimensões mínimas 16,5mm de diâmetro e 145mm de comprimento . Tinta lavável e atóxica, tampa anti asfixiante na cor da tinta, estojo com janela visor que permita a visualização das cores, ponta não acalcante, ponta no formato de ogiva com, no máximo 6mm de diâmetro, embalagem estojo plástico contendo etiquetas de identificação do fabricante, certificada pelo INMETRO e em conformidade com norma ASTM D 4236. Produto similar as marcas: Faber Catell, Acrilex e Compactor.	E S T O J O
--	--

Para este item é apontada as dimensões de diâmetro mínimo de 16,5mm e comprimento de 145mm. A restrição de produtos deve ser justificada, através de fundamentos pedagógicos e econômicos. A grande maioria dos modelos disponíveis no mercado apresenta medidas de 12mm de diâmetro e 125mm de comprimento. Para demonstrar o alegado, colaciona as principais marcas encontradas:

a) FABER-CASTEL = 99x14MM;



Descrição:

Corpo triangular; 12 cores vivas: Bright Pink, Red, Orange, Lemon, Light Green, Turquoise, Light Blue, Royalblue, Purple, Coffe, Ash Black, Black.

Características Técnicas:

PARÂMETROS	ESPECIFICAÇÕES
Comprimento	99 mm (sem tampa)
Diâmetro	14 mm
Tinta	Água, corantes e umectantes
Formato da Ponta	Ogiva
Pavio	Poliétileno
Ponta	Fibra de poliéster com 4mm de diâmetro
Tampa	Resina termoplástica, Antiasfixiante
Unidade de venda	1 PCT C/ 6 Estojos

b) ACRILEX = 145x15MM;



PROSPECTO DE PRODUTO

DESCRIÇÃO	BIG CANETAS HIDROGRÁFICAS
CONTEÚDO	CONJUNTO COM 12 CORES
FORMATO	ANATÔMICO, INJETADO COM "PP RANDOM" NA COR BRANCA COM DESENHOS NA COR DA TINTA
DIÂMETRO	15 mm
ALTURA	145 mm COM A TAMPA
PONTA	POLIÉSTER DE 5,9 mm.
COMPOSIÇÃO DE POLIÉSTER	RESINA TERMOPLÁSTICA, ÁGUA, CORANTES, UMECTANTES, PONTA E PAVIO

c) COMPACTOR = 124x12,5mm;

COMPACTOR DESCRIÇÃO TÉCNICA 12/05/2023 - Rev. 10
Hidrográfica Compactor Color



Principais Dimensões:
Diâmetro médio do corpo: 12,5 mm
Diâmetro médio da tampa: 14,5 mm
Comprimento Total: 124,0 mm
Comprimento sem Tampa: 116,5 mm
Peso médio por unidade: 10 g
Quantidade de tinta: 2,80 +/-0,10 g
Validade de 3 anos à partir da data de fabricação.

d) BRW = 125mmx12,5mm

Canetinha hidrográfica big - blister c/ 12 cores

Descrição:

- Cores: Marrom, Roxo, Vermelho, Rosa, Laranja, Amarelo, Verde, Verde Escuro, Azul, Azul Escuro, Cinza e Preto
- Produto certificado pelo Inmetro
- 12 unidades por blister
- Dimensões do blister: 15,7 x 1,3 x 16,2cm
- Dimensões do produto: 1,25 x 12,5cm



<https://b2b.brwsuprimentos.com.br/produto/CA8002/canetinha-hidrografica-big-blistar-c-12-cores>

e) GATTE = 125mmx12mm

Canetinha Big Lavável c/ 12 Cores



**Comp.: 125mm
Larg.: 12mm**

f) LYKE = 125x12mm;



CARACTERÍSTICAS

Embalagem: Estojo com 12 unidades.
Composição: Ponta porosa de poliéster, corpo em polipropileno (PP) e tinta atóxica à base de água, corantes e umectantes.
Ponta: Redonta 5.0mm
Código de venda: 7898520123739
Múltiplo de venda: 12 estojos.
Caixa master: 72 estojos.
Dimensão do produto: 125 x 12mm.

<https://lyke.com.br/produtos/detalhes/canetinha-hidrografica-jumbo-12-cores/#description>

g) PILOT = 125mmx15mm



Detalhes

Tinta removível com lavagem na maioria dos tecidos.
Especificações técnicas:
Ponta de 4 mm;
Medida da caneta 12,5 x 1,5 x 1,5 cm.
Estojo com 12 cores

https://www.grafittiartes.com.br/caneta_hidrografica_junior_com_12_cores_ref-850-

https://pilot.com.br/pilotti/p?gad_source=1&qclid=CjwKCAjw_4S3BhAAEiwA_64Yhj0YhKvWWhnIWINOjGi3eBqvgJhmEC81afehSQkh6rsOErlHd-umcuRoC9vsQAvD_BwE

Veja que nem as marcas indicada como referencia “Faber-Castell, Compactor e Acrilex”, atendem ao edital. Assim, todos esses modelos estão afastados do certame, lança dúvidas acerca da validade da pesquisa de preços realizada pela Administração Licitante ou na pior das hipóteses, o direcionamento camuflado para determinada marca ou licitante.

Ainda importante registrar que para este item não é determinado uma tolerância de aceitabilidade das mediadas. De tal modo que para se evitar direcionamento indevido, a retificação das dimensões guerreadas ampliará o espectro de marcas disponíveis do mercado, favorecendo a competitividade dentro do certame.

<p>GIZ DE CERA - Formato anatômico, pega fácil, que auxilia o desenvolvimento e motricidade da criança, formato cilíndrico, estojo com 12 cores, com no mínimo 112g, padrão grosso, com superfície lisa e uniforme, isento de defeitos e deformações, confeccionados com ceras e pigmentos atóxicos, com resistência suficiente para suportar a pressão normal. O produto deve ser macio e possuir alto poder de cobertura. Diâmetro mínimo de: 12mm, comprimento mínimo : 110mm. Produto de fabricação nacional, certificado com selo compulsório do INMETRO. Produto similar as marcas: Faber Catell, Acrilex e Tilibra.</p>	<p>E S T O J O</p>
--	---

Novamente se repete a problemática da imposição de dimensões fora do padrão comercial. Pode-se afirmar que o diâmetro de 12mm não é encontrados nem na marca indicada no edito - Acrilex.

a) ACRILEX = comprimento 108mm x diâmetro 11mm;



PROSPECTO DE PRODUTO

DESCRIÇÃO	BIG GIZ DE CERA
CONTEÚDO	CONJUNTO COM 12 CORES
CORES	AZUL TURQUESA, AZUL CELESTE, AMARELO LÍMÃO, VERMELHO FOGO, VERMELHO CARMIM, VERDE BANDEIRA, VERDE VERONESE, LARANJA, SALMÃO, BRANCO, PRETO E MARROM.
FORMATO	CILÍNDRICO
PESO	112g
ALTURA	108 mm
DIÂMETRO	11 mm
COMPOSIÇÃO	CERAS, CARGAS MINERAIS INERTES E PIGMENTOS.

c) LEO&LEO = comprimento 100mm x diâmetro 11mm;



d) MASTER = comprimento 100mm x diâmetro 10mm;

Gizão de cera

Ref. MK-GC-12/95 | Cód. ESCGIZC0001

Características: Giz de cera grande com alta cobertura e desliza macio no papel.

Composição: Ceras, cargas minerais inertes e pigmentos orgânicos.

Cores:	12 cores
Medidas:	100 mm x 10 mm
Embalagem:	caixa c/ 1 unidade
Caixa Master:	100 unidades

Código de barras embalagem: 7 898659 152212



e) PIRATININGA = comprimento 102mm x diâmetro 11mm;



Pira Escolares

Piratininga Ind. E Com. de Produtos Escolares Eireli
CNPJ: 49.034.481/0001-45
Inscr. Est.: 336.025.089-119

FICHA TÉCNICA

GIZ DE CERA – GC-1616

NOME COMERCIAL DO PRODUTO: Gizão de Cera c/ 12 cores

DESCRIÇÃO DO PRODUTO: Giz de Cera utilizado para pinturas em papéis, cartolinas, telas, etc

Embalagem c/ 12 palitos de cores sortidas (violeta, amarelo, laranja, rosa, azul claro, azul escuro, verde limão, verde escuro, vermelho, marrom claro, marrom escuro e preto)

Medidas aprox.: 11mm de diâmetro x 10,2 cm de altura

f) LYKE = comprimento 100mm x diâmetro 9,8mm;



Gizão de Cera 12 Cores - 10x9,8 cm

Ref.: 200107

O gizão de cera é indicado para trabalhos escolares, seu formato arredondado auxilia as crianças em seu manuseio e no desenvolvimento da coordenação motora. ver mais

Caixa com 12 itens

★★★★★ Seja o primeiro a avaliar

Pode concluir que o padrão comercial para modelo jumbo é 10mm de diâmetro por 100mm de comprimento, não havendo justificativa pedagógica ou econômica, para a adoção dessas dimensões.

De tal modo que ao não se determinar um índice de variação mínima ou indicar a recepção de dimensões aproximadas, acaba por restringir o espectro de marcas disponíveis do mercado, em ultima hipótese, direcionar a aquisição para fabricantes específico, que passará a monopolizar o pregão, comprometendo a competitividade.

Para se evitar direcionamento indevido, o Tribunal de Contas da União consolidou jurisprudência no sentido que a Administração deve elaborar as especificações técnicas dos itens que deseja adquirir, de modo a representar um conjunto de modelos disponíveis no mercado.

O órgão licitante deve identificar um conjunto representativo de diversos modelos existentes no mercado que atendam completamente as necessidades da Administração antes de elaborar as especificações técnicas e a cotação de preços, de modo a evitar o direcionamento do certame para modelo específico e a caracterizar a realização de ampla pesquisa de mercado. (Acórdão 2829/2015-Plenário, TC 019.804/2014-8, relator Ministro Bruno Dantas, 04.11.2015)

Importante destacar que os itens, ora impugnados, são encontrados modelos similares no mercado, não justificando eventual necessidade da Administração para esses modelos específicos.

Com efeito, se existem diversos modelos que atendem plenamente a finalidade almejada, porque não permitir que todos possa ser objeto de fornecimento, vencendo aquela concorrente que apresentar o menor preço?

Em outro julgado a Corte Contas da União, veda a inclusão de especificações técnicas exclusivas:

O estabelecimento de especificações técnicas idênticas às ofertadas por determinado fabricante, da que **resultou a exclusão de todas as outras marcas do bem pretendido**, sem justificativa consistente, configura afronta ao disposto no art. 15, § 7º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993. Acórdão 1861/2012 – 1ª Câmara.

O excesso nas especificações dos itens deixou claro que Administração, ultrapassou os limites das qualidades mínimas necessárias para identificar o produto, incidindo em excessos que ameaçam o caráter competitivo do certame, notadamente por limitar a oferta disponível no mercado.

A Administração Pública no planejamento de suas aquisições deve identificar os produtos de modo a atingir um conjunto representativo de modelos existentes no mercado que atendam completamente as necessidades.

III. DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Inicialmente, cabe questionar se o Estudo Técnico Preliminar (ETP) preliminar identificou e comparou as opções disponíveis no mercado?

A função do ETP é agregar novos elementos de planejamento, avaliando, entre outras coisas: as soluções disponíveis no mercado para o atendimento da necessidade administrativa. A Lei 14.133/21 (Lei de Licitações) define o estudo técnico preliminar, como um dos pressupostos de análise para a viabilidade da contratação. Vejamos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XX - estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;

Considerando, ainda, que a Administração Pública é uma das grandes molas propulsoras da economia nacional, visto que, para atingir seus fins, necessita celebrar contratos com particulares. Essas contratações exigem adequada parametrização e distinção do objeto pretendido.

Na promoção do processo licitatório deve-se assegurar uma competição justa, permitindo que todos os interessados participem em condições equitativas.

Nesse contexto, o princípio da isonomia e a licitação são indissociáveis. O princípio consubstancia a própria razão de ser do procedimento licitatório: realiza-se a licitação, entre outras razões, para garantir que todos os interessados possam competir entre si com iguais possibilidades.

De tal modo que a atuação discricionária da Administração Pública consiste na escolha através de critérios de oportunidade e conveniência a visar o atendimento do interesse público e a obtenção de determinado fim.

Desta forma, os fins **NÃO** são discricionários (**vantajosidade da proposta**). Discricionários são os meios e modos de administrar, que diante do caso concreto, a discricionariedade do administrador deve levá-lo à melhor escolha, no caso em tela, **um certame direcionado e superfaturado refoge deste fim**.

Entende-se que o fim precípua da licitação é a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública e, há de se entender que a manutenção do edital em todos os seus termos, restará prejudicado a obtenção deste fim.

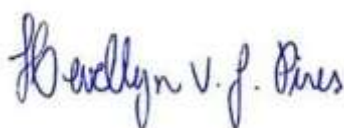
IV. DO PEDIDO

Diante do exposto, solicito a revisão das cláusulas impugnadas e a retificação do edital, a fim de que este atenda aos princípios da legalidade, da competitividade, da economicidade e da isonomia.

Nesses termos,

Pede deferimento.

Barueri/SP, 09 de dezembro de 2024.



HEVILLYN VANDRESSA JULIO PIRES
CPF 499.291.918-95



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



TERMO DE AUTUAÇÃO

PROTOCOLO DO PROCESSO

045587/2024

Este processo pode ser consultado por meio digital através da URL:

<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2>

Chave de acesso: b7a2b140-b3de-4fbd-877d-92a24c421f43

AUTUADO EM	Terça-feira, 10 de Dezembro de 2024
LOCAL DA AUTUAÇÃO	COMISSAO DE PREGAO I
AUTUADO POR	LEONARDO GABRIG PEIXOTO
INTERESSADO (S)	
SERV TECK FACILITES LTDA	

RESUMO

IMPUGNAÇÃO DE EDITAL- SERV TECK FACILITIES LTDA - PE 90.158/2024 - PA 17.671/2024

DATA:10/12/2024